

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

26/10/2026

Sumário

1. TCE-GO fiscaliza ações de prevenção e combate a queimadas em Goiás
2. Estão abertas as inscrições para o 2º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás – Controladoria
3. Primeiro prefeito de Goiânia também foi árbitro de futebol
4. Procuradoria-Geral da ALEGO contribui para fortalecimento do Legislativo goiano

CIBER JORNAL - APARECIDA DE GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/10/2026 09:43

TCE-GO fiscaliza ações de prevenção e combate a queimadas em Goiás

Visualizar notícia

Fonte original

Chuvas fora de época, recordes de altas temperaturas, estiagem prolongada e enchentes. A mudança nos padrões climáticos é uma realidade sentida no dia a dia de toda a população. E diante desse cenário, o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) iniciou uma inspeção para avaliar o planejamento e a execução de ações de prevenção e combate a incêndios e queimadas pelos órgãos estaduais.

Nesta quinta-feira (16/out), auditores de controle externo visitaram a Sala de Situação da Defesa Civil, coordenada pelo Corpo de Bombeiros, em Goiânia. A estrutura integra o Gabinete de Ações Integradas (GAI), criado pelo Governo de Goiás para enfrentar os efeitos do El Niño, fenômeno climático que está atingindo o Brasil e tem como uma de suas características o agravamento da seca e, consequentemente, das queimadas.

De acordo com a chefe em substituição do Serviço de Fiscalização da Infraestrutura e Meio Ambiente do TCE-GO, Cristielly Souza Bedran, o objetivo foi verificar como é feito o monitoramento dos focos e o diálogo entre as equipes envolvidas. “É importante entender o funcionamento da Sala, compreender como está sendo feita a articulação entre os órgãos do Estado e quais medidas estão sendo tomadas”, explica.

Além dos bombeiros, o governo mobiliza as Secretarias de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) e do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), órgãos com os quais os auditores já realizaram reuniões e levantamento de dados. Por meio da inspeção, o Tribunal também analisa o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – PPCDQIF (2026/2029).

“Queremos compreender os mecanismos de implementação do Plano. Por meio dessa visita, fomos conferir diretamente na ponta como funciona a execução e qual é o seu impacto real na estratégia como um todo. Trata-se de avaliar, na prática, a governança sobre essas ações”, afirma o auditor de controle externo Marcos Thadeu Fonseca Ferreira Azevedo.

“Todos os anos, a gente procura reunir todas as previsões, reunir todas as secretarias e mostrar como cada uma pode auxiliar, gerando ações concretas para a população”, ressalta o capitão Jonathan Alves Soares, chefe do Departamento de Gestão de Riscos da Defesa Civil. Ele acrescentou que a comunicação com o TCE-GO é fundamental para que o controle externo possa conhecer a realidade dos órgãos e contribuir com orientações e recomendações.

INSPEÇÃO
A inspeção é uma ação de fiscalização pontual, realizada para examinar fatos específicos ou urgentes. Ela é utilizada para esclarecer dúvidas sobre documentos, investigar denúncias e representações apresentadas ao Tribunal. Os resultados são consolidados em um relatório técnico, que é encaminhado para análise do conselheiro-relator e, por fim, julgamento pelo Plenário do TCE-GO.

EL NIÑO
De acordo com informações do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o El Niño deve alcançar intensidade “muito forte” entre este mês e dezembro. Com essa evolução, o fenômeno tem potencial para ser o mais intenso registrado desde 1950. As previsões apontam para dois extremos: seca severa e risco de incêndios no Centro-Norte, e chuvas acima da média com risco de cheias na Região Sul.

Fotos: Camila Motta

Leia mais sobre: Goiás

Editor do Ciberjornal que sucedeu desde fevereiro de 2025 todo o conteúdo do blog www.altairtavares.com.br . Atuante no webjornalismo desde 2000. Repórter, comentarista e analista de política. Perfil nas redes sociais: @altairtavares

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/10/2026 03:00

Estão abertas as inscrições para o 2º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás – Controladoria

Visualizar notícia

Fonte original

Evento será realizado nos dias 12 e 13 de novembro, no auditório do TCE-GO, com debates sobre responsabilização, consensualidade e integridade

A Controladoria-Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) está com inscrições abertas para o 2º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás, a ser realizado nos dias 12 e 13 de novembro, das 8h às 17h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). As inscrições podem ser realizadas pela página de inscrição do evento e mais informações podem ser acessadas na página oficial.

Organizado pela Subcontroladoria do Sistema de Correição e Contas da CGE-GO, o evento reunirá corregedores, membros de comissões, gestores públicos e especialistas para discutir temas estratégicos relacionados à integridade, consensualidade e responsabilização na administração pública.

O encontro tem como objetivo fortalecer a integração entre as unidades correcionais, estimular a troca de experiências e disseminar boas práticas que contribuam para o aperfeiçoamento das atividades de correição no estado e nos municípios. A iniciativa também busca promover a capacitação e a atualização técnica dos profissionais que atuam na prevenção e no enfrentamento de irregularidades no setor público.

A programação inclui palestras sobre Direito Administrativo Sancionador, responsabilização no âmbito da Nova Lei de Licitações, aplicação da Lei Anticorrupção, consensualidade administrativa, uso da inteligência artificial na atividade correcional e desafios do Direito Administrativo Contemporâneo. Os temas serão abordados por especialistas e representantes de instituições de controle.

Consolidação do Encontro Estadual

Em sua segunda edição, o evento dá continuidade à proposta de integrar unidades correcionais de diferentes esferas da administração pública, incluindo os municípios e demais poderes. Na primeira edição, o encontro reuniu cerca de 450 participantes, entre representantes de municípios goianos e de órgãos da administração estadual e federal.

Serviço

Evento: 2º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás

Data: 12 e 13 de novembro de 2026

Horário: das 8h às 17h

Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)

Inscrições: app.controladoria.go.gov.br/corregedoria/corregedoria

Comunicação Setorial CGE – Governo de Goiás

MAIS GOIÁS - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/10/2026 22:14

Primeiro prefeito de Goiânia também foi árbitro de futebol

Visualizar notícia

Fonte original

O primeiro prefeito de Goiânia também tinha outra função: apitar partidas de futebol. Venerando de Freitas Borges, nomeado por Pedro Ludovico Teixeira em 1935, conciliou a administração da capital em construção com a arbitragem de jogos que reuniam centenas de moradores. Em 1938, chegou a comandar confrontos entre Atlético Goianiense e Corinthians Goiano, equipe que posteriormente passou a se chamar Goiânia Esporte Clube.

A história consta na biografia disponibilizada pela Câmara Municipal e ganha detalhes em uma pesquisa publicada na revista acadêmica Licere, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em dezembro de 2025. O estudo recupera registros dos jornais Correio Oficial e O Popular para reconstruir a formação do futebol goianiense entre 1936 e 1939.

Assinado pelos pesquisadores Jean Carlo Ribeiro, da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Cleber Dias, da UFMG, o trabalho mostra que Venerando exerce a função de árbitro em um período no qual o futebol ainda passa por um processo de organização em Goiás. As partidas também revelam a rivalidade entre Campinas, antigo município incorporado à capital, e o novo núcleo urbano.

Uma das partidas documentadas ocorre em maio de 1936, quando Goiânia ainda não havia recebido oficialmente a transferência da capital estadual. Na ocasião, duas equipes representam os moradores da nova cidade e de Campinas.

A falta de um campo apropriado leva os organizadores a utilizar a pista do aeródromo inaugurado no ano anterior. O terreno plano serve de espaço para o confronto, que tem Venerando de Freitas Borges como árbitro.

Segundo a pesquisa acadêmica, a partida reúne moradores, autoridades e apoiadores das atividades esportivas. A equipe que representa Goiânia vence o confronto, embora o estudo não informe o placar.

O episódio acontece antes da fundação do Atlético Goianiense, em 2 de abril de 1937, e mostra que a rivalidade entre as duas regiões já aparece nas atividades esportivas dos primeiros anos da cidade.

Campinas possuía uma história própria antes da construção da capital. O município já reunia comércio, instituições religiosas, escolas e espaços de convivência. A implantação de Goiânia, cujo núcleo ficava a aproximadamente cinco quilômetros dali, criou outra centralidade urbana e administrativa.

O futebol passou a expressar parte dessa relação. De um lado estavam os moradores de Campinas; de outro, servidores públicos, comerciantes e trabalhadores associados à construção da nova cidade.

Em 1938, o futebol já conta com dois representantes que disputam espaço na capital: o Atlético Clube Goianiense, fundado em Campinas, e o Corinthians Goiano Futebol Clube, criado por um grupo ligado ao novo centro urbano.

O Corinthians possui entre seus presidentes de honra nomes diretamente associados ao poder estadual, como Pedro Ludovico Teixeira, Jerônimo Coimbra Bueno e João Teixeira Álvares Júnior.

No fim de julho daquele ano, as duas equipes se enfrentam em Campinas, com Venerando de Freitas Borges responsável pela arbitragem.

A partida termina com vitória do Corinthians por 1 a 0. Na edição de 4 de agosto de 1938, O Popular registra o resultado e destaca a atuação do prefeito, que recebe elogios pela condução do confronto e pelo controle das jogadas violentas.

O problema aparece depois do apito final.

Ao deixar o campo na carroceria de um caminhão, jogadores da equipe vencedora são atingidos por pedras lançadas durante a passagem pelas ruas de Campinas. A confusão, relatada pela imprensa da época e recuperada pelos pesquisadores, demonstra que a rivalidade já ultrapassava as quatro linhas.

O futebol mobilizava comerciantes, dirigentes, autoridades e moradores dos dois núcleos urbanos. Os jogos passaram a funcionar também como espaços de afirmação das identidades de Campinas e da nova capital.

A participação de Venerando não se limita a uma partida isolada. Em dezembro de 1938, Atlético e Corinthians organizam uma série de confrontos para definir o campeão de Goiânia.

O regulamento estabelece três partidas, com possibilidade de uma quarta em caso de necessidade. Também determina regras para inscrição dos jogadores, escolha dos árbitros, recursos e julgamento de contestações.

O primeiro encontro ocorre em 11 de dezembro, no campo da Avenida Paranaíba, e termina com vitória do Corinthians Goiano.

Para o segundo confronto, marcado para 18 de dezembro, o treinador do Corinthians desiste de exercer a função de árbitro, conforme previa o regulamento. Venerando é escolhido para substituí-lo.

Desta vez, o Atlético vence e encerra a invencibilidade do adversário. Com uma vitória para cada equipe, o terceiro jogo fica marcado para 25 de dezembro, dia de Natal.

A rivalidade novamente provoca problemas. O Atlético vence a partida, mas o Corinthians contesta decisões da arbitragem e questiona a participação do goleiro atleticano na função de juiz, já que ele também era inscrito como jogador.

O Tribunal de Penas, comissão prevista no regulamento, analisa o protesto e anula o confronto. Sem acordo posterior entre as diretorias, os dois clubes acabam declarados campeões da cidade.

Em julho de 1939, o Corinthians Goiano passa a utilizar o nome Goiânia Esporte Clube, conforme registro de O Popular recuperado pela pesquisa acadêmica.

A participação de Venerando nesses episódios revela uma fase anterior à estrutura atual do futebol profissional, quando autoridades e integrantes da própria comunidade eram convocados para conduzir competições esportivas.

Venerando nasce em Anápolis, em 22 de julho de 1907. Estuda em Campinas, quando a região ainda constitui um município independente, e posteriormente se muda para São Paulo, onde realiza estudos de Contabilidade.

De volta a Goiás, trabalha como professor e ingressa no jornalismo. A partir de 1930, escreve crônicas e artigos para periódicos. Também atua como diretor e redator-chefe de O Comércio, jornal que circula na antiga capital em 1934.

A aproximação com a administração pública ocorre durante a transferência da capital para Goiânia. Em novembro de 1935, aos 28 anos, é nomeado prefeito pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira.

Permanece no comando municipal até novembro de 1945, período que coincide com a implantação da nova cidade e a estruturação dos primeiros serviços públicos.

A escolha de Venerando ocorre por nomeação, e não por eleição popular. O primeiro prefeito de Goiânia eleito diretamente é Eurico Viana, que assume o cargo em novembro de 1947, conforme a galeria oficial da Prefeitura.

Venerando retorna à administração municipal em janeiro de 1951, dessa vez eleito pelo PSD. Seu segundo mandato segue até janeiro de 1955.

Além da Prefeitura, ocupa a Secretaria Estadual da Fazenda, exerce dois mandatos de deputado estadual, entre 1955 e 1963, e torna-se conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás

(TCE-GO). Em 1967, chega à presidência da Corte.

Também participa da Associação Goiana de Imprensa, da Academia Goiana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. Publica os livros Dobras do Tempo, em 1981, e Samburá, em 1986.

Venerando morre em Goiânia, em 16 de janeiro de 1994, aos 86 anos, e é sepultado no Cemitério Santana.

Seu nome permanece associado à sede administrativa da Prefeitura, no Park Lozandes, denominada Palácio das Campinas Venerando de Freitas Borges. Uma estátua de bronze instalada na entrada do Paço Municipal também homenageia o primeiro prefeito.

Em outubro de 2025, uma exposição na antiga Estação Ferroviária reúne mais de 200 peças relacionadas à sua trajetória. Entre os objetos apresentados estão fotografias, documentos pessoais, mapas da antiga Goiânia e móveis utilizados em seu gabinete.

O acervo ajuda a recuperar a atuação política e administrativa de Venerando. Já os registros esportivos revelam outra parte de sua história: enquanto Goiânia construía suas primeiras ruas, edifícios e instituições, o homem responsável pela administração municipal também entrava nos campos de terra para apitar partidas de futebol.

Uma ligação entre política, esporte e formação urbana que permanece documentada nas páginas dos jornais da década de 1930.

As principais notícias de Goiânia e região

Mais Goiás Comunicação LTDA © 2026
Todos os direitos reservados.

Mais Goiás • CNPJ: 55.794.755/0001-05
Endereço: Av. Olinda c/ Ac. PL-3 c/ Rua PLH1 | Qd. H4 LT. 01/03 | Park Lozandes | Goiânia - GO - 2105 e 2106 • CEP: 74.884-120

O POPULAR ONLINE - GOIÂNIA - GO • site • tce-go
23/10/2026 03:00

Procuradoria-Geral da ALEGO contribui para fortalecimento do Legislativo goiano

Visualizar notícia

Fonte original

Procuradoria instruiu a criação da Secretaria de Instrução Técnica e Controle (SITC), estrutura que resultou no aprimoramento da governança sobre as contas públicas estaduais
Facebook
X
WhatsApp
LinkedIn

Adicione O Popular como fonte preferencial no Google

APALEGO

23 de outubro de 2026 às 15:14
Modificado em 23/10/2026, 17:58
ouvir matéria

(Foto: Will Rosa/ Alego)

Na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), os procuradores de carreira têm desempenhado um papel estratégico para fortalecer o poder fiscalizatório do parlamento goiano sobre as contas públicas.

A partir de iniciativa da atual gestão e da Procuradoria-Geral da Alego, foi identificada a necessidade de ampliar a capacidade técnica da Assembleia para fiscalizar contratos, analisar despesas e acompanhar as contas públicas.

Essa iniciativa resultou na criação, em agosto de 2023, da Secretaria de Instrução Técnica e Controle (SITC), que já apresenta resultados relevantes para a gestão dos recursos públicos.

Para entender melhor sobre esse órgão, confira a conversa com o Dr. Eduardo Henrique Lolli, procurador de carreira atualmente designado na função de Secretário de Instrução e Controle, também atuando como Subprocurador-Geral da ALEGO, além de advogado e professor da Escola do Legislativo.

1 -- Como surgiu a ideia da criação dessa Secretaria?

Dr. Eduardo Lolli : A origem da Secretaria de Instrução Técnica e Controle está em um diagnóstico institucional aliado a um esforço da Procuradoria e da atual gestão da Casa: embora a Constituição atribua ao Poder Legislativo a titularidade do controle externo, a estrutura técnica para exercê-lo nem sempre acompanha essa responsabilidade. Na prática, os Tribunais de Contas concentram grande parte do conhecimento especializado, realizam auditorias e emitem pareceres que subsidiam a decisão parlamentar. O risco, nesse modelo, é que o Parlamento se limite a reproduzir conclusões externas, sem dispor de uma área própria capaz de examinar a gestão, confrontar informações e apresentar alternativas aos tomadores de decisão.

Diante dessa percepção, a Procuradoria da Casa orientou sobre a importância de uma unidade dedicada à instrução e ao controle no intuito de fortalecer a capacidade técnica e de resposta institucional do parlamento goiano. A primeira resposta foi a Resolução nº 1.801, de 17 de agosto de 2023, que criou e regulamentou a Secretaria de Instrução Técnica e Controle. A norma atribuiu à Secretaria a realização de inspeções e auditorias contábeis, financeiras, orçamentárias, operacionais e patrimoniais; a orientação técnica em processos de prestação de contas; o apoio a estimativas de impacto orçamentário-financeiro de proposições; e a elaboração de trabalhos e estudos solicitados pela Presidência e pela Procuradoria-Geral.

2 -- Como é a estrutura atual da Secretaria de Instrução Técnica e Controle e qual o papel dos procuradores da ALEGO?

Dr. Eduardo Lolli : A Secretaria está vinculada diretamente à Presidência da Assembleia e combina diferentes expertises técnicas.

A participação da Procuradoria-Geral não ficou restrita à iniciativa e à estruturação formal da nova Secretaria no respectivo processo de criação, visto que ficou reservada a chefia do órgão a um procurador da Assembleia Legislativa, de modo a valorizar a experiência e o conhecimento técnico-jurídico dos procuradores da instituição em atividade.

Importante destacar que todos os procuradores em atividade na ALEGO atualmente são servidores efetivos, concursados e organizados em carreira, de modo a prestigiar uma atuação técnica do órgão e com atenção aos aspectos jurídicos dos trabalhos desenvolvidos. O primeiro procurador da ALEGO a assumir a Secretaria de Instrução Técnica e Controle, assim que instituída, foi o Dr. Iure de Castro, sucedido por mim em abril de 2024.

Além da chefia por procurador da ALEGO, a equipe também recebeu o reforço de 2 (dois) auditores federais cedidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), que agregam métodos de auditoria e ferramentas de análise de dados utilizadas no controle dos recursos federais.

Essa integração entre a experiência dos procuradores da Alego e o conhecimento especializado dos auditores da CGU permite uma fiscalização mais qualificada, preventiva e baseada em informações concretas, além de ser um modelo de cooperação inédito em comparação com as demais casas legislativas do país.

3 -- Na prática, quais são as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Instrução Técnica e Controle?

Dr. Eduardo Lolli : A Secretaria atua em 2 (duas) vertentes principais: a de instrução técnica e a de controle externo. Na primeira, atua como um órgão consultivo e de assessoramento aos órgãos internos da Casa, em atuação colaborativa e complementar aos demais existentes, com vistas a racionalizar o gasto público interno nas questões que são demandadas; na segunda, a perspectiva do controle, a Secretaria vem atuando principalmente na análise técnica das prestações de Contas tanto do Tribunal de Contas do Estado como do Governador, para subsidiar tanto a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento como também o plenário.

4 -- Na prática, quais são as principais atividades desenvolvidas pela Secretaria de Instrução Técnica e Controle?

Dr. Eduardo Lolli : A Secretaria atua em 2 (duas) vertentes principais: a de instrução técnica e a de controle externo. Na primeira, atua como um órgão consultivo e de assessoramento aos órgãos internos da Casa, em atuação colaborativa e complementar aos demais existentes, com vistas a racionalizar o gasto público interno nas questões que são demandadas; na segunda, a perspectiva do controle, a Secretaria vem atuando principalmente na análise técnica das prestações de Contas tanto do Tribunal de Contas do Estado como do Governador, para subsidiar tanto a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento como também o plenário.

5 -- É possível falar em benefícios financeiros decorrente da atuação da Secretaria de Instrução Técnica e Controle?

Dr. Eduardo Lolli : Sim, embora não haja um cálculo exato, temos uma estimativa a respeito no âmbito da primeira vertente, a de instrução técnica no âmbito interno da ALEGO, de benefício financeiro estimado em aproximadamente R$ 10 milhões, decorrente de correções de inconsistências, revisão de preços e renegociações contratuais, em atuação preventiva e colaborativa com os demais órgãos da ALEGO.

O valor foi estimado com base em metodologia utilizada pela Controladoria-Geral da União (CGU) para mensuração de resultados.

Na prática, o trabalho busca identificar possíveis fragilidades antes que se transformem em prejuízos, além de melhorar a aplicação dos recursos disponíveis. A atuação técnica da Secretaria já alcançou contratos que, somados, representam cerca de R$ 30 milhões, envolvendo serviços como manutenção de elevadores, publicidade, gestão da frota de veículos e seguros.

6 -- Quais passos foram dados no sentido de viabilizar a atuação da Secretaria de Instrução Técnica e Controle?

Dr. Eduardo Lolli : Vamos falar primeiramente da vertente do controle. Por se tratar de uma iniciativa inédita no país, foi necessário fomentar todo um diálogo institucional com os órgãos que prestam contas à ALEGO, notadamente o Tribunal de Contas do Estado, a fim de aproximar, sensibilizar e fomentar o princípio da reciprocidade nessa relação, a qual antes era ausente. A aproximação institucional foi, portanto, parte do próprio trabalho da Secretaria, que precisou ser integrada aos fluxos que tratam das prestações de contas do governador, do TCE-GO e da eventual sustação de contratos.

Na vertente da instrução técnica, esse diálogo e integração da Secretaria nas discussões com os demais órgãos da Casa ocorreu de forma muito natural e em caráter complementar, isto é, no intuito de agregar na análise técnica com vistas a racionalizar o gasto público, sem invadir o espaço decisório ou a competência desses outros órgãos da ALEGO.

7 -- Na vertente do controle externo, quem fiscaliza as contas do Tribunal de Contas do Estado e qual o papel da Secretaria de Instrução Técnica e Controle nesse processo?

Dr. Eduardo Lolli : Este é um ponto extremamente importante, embora pouco conhecido pela população.

Além de legislar, a Assembleia tem a responsabilidade constitucional de apreciar contas públicas, incluindo as do governador e as do Tribunal de Contas do Estado. Para exercer essa competência, os deputados precisam de informações técnicas confiáveis.

Quando instituída a Secretaria, em agosto de 2023, havia um passivo de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado, pendentes de análise desde o exercício de 2019. Desde então e com muito diálogo interinstitucional, a Secretaria já produziu análises técnicas conclusivas sobre as prestações de contas do Tribunal de Contas do Estado, relativas aos exercícios de 2019 a 2025, documentadas por meio de instruções técnicas, de modo a eliminar o passivo antes existente em processos dessa natureza e ampliar o escopo do exame: além da regularidade formal, entram em análise aspectos de eficiência, efetividade, governança, transparência e integridade.

Além disso, a Resolução nº 1.828/2023 da ALEGO passou a prever expressamente o processo de prestação de contas e, ainda, os documentos que o Tribunal de Contas deve apresentar nas respectivas prestações de contas ao Legislativo goiano, com base na ideia de reciprocidade, isto é, aquilo que o Tribunal de Contas exige de seus jurisdicionados também a Assembleia passou a exigir do Tribunal de Contas.

8 -- E qual o papel da Secretaria de Instrução Técnica e Controle na análise das contas do Governador?

Dr. Eduardo Lolli : O julgamento das contas do Governador é outra competência importantíssima da ALEGO.

A Secretaria passou a atuar na análise técnica das contas do Governador do exercício de 2023 em diante. Até então, os Deputados deliberavam com base apenas no relatório prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado. A partir da integração da Secretaria no fluxo dos processos de prestação de contas do Governador, as próprias recomendações do Tribunal de Contas passaram também a ser objeto dessa análise técnica.

No caso das contas do governador, essa capacidade é especialmente relevante: trata-se de examinar a execução de políticas públicas e do orçamento estadual sob a perspectiva da legalidade, da legitimidade, da economicidade e dos resultados alcançados. Assim, a Secretaria vem cada vez mais buscando o alcance da legitimidade dos gastos públicos estaduais em vez de uma atuação estritamente formal.

Exemplifico com um ponto que considero importante avanço nas análises da Secretaria sobre as contas do Governador, que é o tema das renúncias de receitas e incentivos fiscais. Esse tema foi objeto de minha pesquisa de mestrado em Direito e Políticas Públicas na Universidade Federal de Goiás, concluída em 2022, na qual defendi mais transparência nessa questão para que a sociedade veja se esses incentivos se justificam de fato ou não e até que ponto.

Quando começamos a analisar as prestações de contas do governador e o próprio parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, vimos a necessidade de ampliar o escopo de análise e apontar a necessidade de maior conformidade entre a prática administrativa e fiscal, de um lado; e, de outro, o cumprimento de leis estaduais já aprovadas pelo parlamento goiano e outros aprimoramentos institucionais no intuito de aumentar a transparência e exigir mais efetividade nesses incentivos.

Esta foi uma oportunidade de unir a teoria produzida academicamente à prática de análise de contas em benefício da sociedade e é mais uma evidência da importância da atuação dos procuradores da ALEGO no fortalecimento do Legislativo goiano, aliado à expertise técnica dos auditores da CGU. Para quem tiver interesse, essas análises constam nas instruções técnicas que apreciam as prestações de contas dos exercícios de 2023 e 2024.

Além disso, a Resolução nº 1.828/2023 da ALEGO também passou a prever expressamente o processo de prestação de contas do governador e, ainda, os documentos que ele deve apresentar nas respectivas prestações de contas ao Legislativo goiano, com base no que já exige o Tribunal de Contas.

9 -- Na vertente do controle externo, a Secretaria de Instrução Técnica e Controle substitui a ação dos Deputados Estaduais?

Dr. Eduardo Lolli : De forma nenhuma. A criação e o funcionamento da Secretaria não implicam substituição à atuação parlamentar, tampouco aos demais órgãos da Casa.

As instruções técnicas produzidas pela Secretaria na vertente do controle externo auxiliam a Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e o Plenário da Assembleia a avaliar questões essenciais: os gastos foram regulares? os recursos foram utilizados com eficiência? o programa entregou o que prometeu? houve falhas de governança? existem problemas que precisam ser corrigidos? as recomendações foram atendidas? os riscos permanecem? Essa tradução técnica fortalece a transparência e qualifica o debate público, sem retirar dos parlamentares a responsabilidade política e constitucional pela decisão.

Mesmo quando opina pela aprovação das contas, a Secretaria pode emitir recomendações para aprimoramento da gestão, como já ocorrido. As análises técnicas não substituem a decisão dos deputados, mas oferecem informações para que o julgamento das contas seja mais fundamentado e transparente. Porém, nunca é demais frisar que a decisão final pertence aos Deputados, que podem concordar com as análises da Secretaria, no todo ou em parte, ou até mesmo delas discordar.

10 -- Por que a Secretaria de Instrução Técnica e Controle é importante para o cidadão?

Dr. Eduardo Lolli : Eu resumiria dizendo que mais fiscalização e controle significa mais proteção ao cidadão, que é quem paga a conta em última análise.

A experiência demonstra que a atuação dos procuradores de carreira vai além das atividades jurídicas tradicionalmente conhecidas pela população.

Ao contribuir para a criação e a estruturação de mecanismos permanentes de controle, a Procuradoria-Geral da Alego fortalece a capacidade institucional do Poder Legislativo de fiscalizar o uso dos recursos públicos.

O trabalho da Secretaria, realizado em conjunto com profissionais especializados e com o apoio da CGU, também demonstra a importância da prevenção: corrigir problemas durante o planejamento pode ser mais eficiente do que identificar irregularidades apenas depois que o dinheiro foi gasto, e essa é a missão e o ideal perseguido pela Secretaria, sem prejuízo da prerrogativa também de apontar as falhas quando o gasto já foi executado.

Para o cidadão, o benefício é simples de compreender: quanto mais rigor na análise das contas públicas, maiores são as condições de evitar desperdícios, cobrar resultados e exigir transparência.

É dessa forma que a valorização do conhecimento técnico, da atuação dos procuradores de carreira e da cooperação entre instituições contribui para uma Assembleia Legislativa mais preparada para exercer suas responsabilidades perante a sociedade.

11 -- Se você fosse fazer um breve balanço desde a criação da Secretaria de Instrução Técnica e Controle, o que você destacaria?

Dr. Eduardo Lolli : A criação da Secretaria representa muito mais do que a criação de um novo órgão na ALEGO, mas também, e sobretudo, uma mudança de cultura e de posição da Assembleia no sistema de controle. A Casa não abandona sua dimensão política, mas passa a contar com uma camada técnica capaz de apoiar a fiscalização, a instrução dos processos e o julgamento das contas, sob a coordenação de um procurador da ALEGO.

A cooperação com a CGU, o uso de bases de dados, a elaboração de recomendações e a retomada de análises pendentes formam um mesmo movimento: aproximar a decisão pública das evidências que a sustentam, em um processo que aprimora com o passar do tempo.

Alguns exemplos práticos podemos destacar como indicadores positivos da atuação da Secretaria: o modelo de sua estrutura baseou a criação de unidade técnica análoga na Assembleia Legislativa do Pará; as contas enviadas pelo Tribunal de Contas do Estado já delimitam o papel de cada ator e reconhecem, expressamente a competência decisória da ALEGO; o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Governador também passou a abordar expressamente o acompanhamento das recomendações emitidas pela Secretaria e aprovadas pela ALEGO, dentre outros.

Assim, mais do que uma nova unidade administrativa, a SITC passa a simbolizar a tentativa de fazer com que a função fiscalizatória do Parlamento seja exercida de forma contínua, técnica e visível para a sociedade. No fim, o resultado esperado é: mais transparência, melhor uso do dinheiro público e decisões parlamentares amparadas por informação qualificada. Ao assim atuar, a Secretaria transforma a fiscalização em processo permanente --- e recoloca o Legislativo no centro da responsabilidade pelo controle externo.

Facebook
X
WhatsApp
LinkedIn

Adicione O Popular como fonte preferencial no Google

Siga O Popular no Google e receba as principais notícias de Goiás

Seguir no Google

>>>